

A escravidão é uma instituição milenar, presente nas mais diversas sociedades humanas estratificadas. No mundo moderno, contudo, ela adquiriu um contorno inédito. Ao ser reinventada pelo capital financeiro europeu, a escravização de seres humanos foi convertida na pedra angular da conquista e colonização dos trópicos, por meio de vastos processos de racialização dos povos submetidos aos seus ditames. A articulação entre capital financeiro e racialização do trabalho para a colonização dos trópicos encontrou na chamada plantation – a grande propriedade monocultora e exportadora – sua forma básica. Justamente por terem assumido um caráter modular, a plantation e a racialização do trabalho puderam ser transplantadas para os contextos mais variados, sempre passando por múltiplas reinvenções. Elas se tornaram dois dos elementos estruturais do capitalismo. Se essa relação histórica constitui para todos efeitos a força material que está na base do Antropoceno, melhor chamá-la de Plantationoceno – eis o que argumentam os que empregam o novo conceito. Este livro pioneiro e inovador traz esse debate para o Brasil, inscrevendo-o no quadro mais amplo das discussões internacionais sobre o assunto. Seus capítulos, redigidos por especialistas de diferentes campos disciplinares, abrem um grande leque de novas possibilidades analíticas, ao atualizarem antigos debates sob uma roupagem conceitual alternativa.

Rafael Marquese, professor no Departamento de História na USP

Apoio:



ISBN 978-65-85936-48-0



9 786585 936460

Jörg Nowak
Sérgio Sauer

PLANTATIONOCENO

Jörg Nowak
Sérgio Sauer

PLANTATIONOCENO

capitalismo racial, terra e trabalho

ANNA BLUME

PLANTATIONOCENO:
CAPITALISMO RACIAL, TERRA E TRABALHO

Jörg Nowak
Sérgio Sauer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

SUMÁRIO

N946p Nowak, Jörg.

Plantationoceno: Capitalismo racial, terra e trabalho / Jörg Nowak e Sérgio Sauer. – São Paulo: Annablume, 2026.

328 p. 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-85936-46-0

1. Ciências sociais. I. Sauer, Sérgio. II. Título.

CDU 3

Índice para catálogo sistemático:

1 Ciências sociais 3

Plantationoceno: Capitalismo racial, terra e trabalho

Coordenação editorial
Claudia Moreira

Diagramação
Fernandes Augusto Castro

Capa
João Vasconcelos

Projeto e Produção
Coletivo Gráfico Annablume

Conselho editorial geral Annablume
Annablume Editora
Conselho Editorial
Eugênio Trivinho
Gabriele Cornelli
Gustavo Bernardo Krause
Iram Jácome Rodrigues
Pedro Paulo Funari
Pedro Roberto Jacobi

1ª edição: janeiro de 2026

© Jörg Nowak e Sérgio Sauer

Agradecemos a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF pelo apoio à conferência “Plantationoceno: Capitalismo Racial, Trabalho e Terra” e a publicação deste livro, no âmbito do Edital 07/2023 – FAPDF MOVIMENTA, processo 00193-00001475/2023-61.

Annablume Editora
www.annablume.com.br

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA O DEBATE SOBRE NOÇÕES DE “CAPITALISMO RACIAL” E “PLANTATIONOCENO” Sérgio Sauer, Jörg Nowak	7
2. RACISMO ANTES DO CAPITALISMO RACIALIZADO Satnam Virdee	21
3. A ABOLIÇÃO COMO UM PROJETO RACIAL: APAGAMENTOS E RACIALIZAÇÕES NAS FRONTEIRAS DA ÍNDIA BRITÂNICA Mishal Khan	45
4. <i>THE WRONG DURÉE</i> : A POLÍTICA DO CAPITALISMO RACIAL DE CEDRIC J. ROBINSON Cedric Johnson	87
5. CONFIGURAÇÃO INTERNACIONAL, RACISMO E ANTIRRACISMO Muryatan S. Barbosa	145
6. A PRODUÇÃO DE CORPOS SUBALTERNIZADOS NO PLANTATIONOCENO Joelma Rodrigues da Silva	157

7. POLÍTICA RACIAL EM CUBA E O HAITI NOS PROTESTOS DOS TRABALHADORES “DE COR” (SÉCULO XIX)	169
Iacy Maia Mata	
8. CAPITALISMO RACIAL E ESTUDOS GLOBAIS DE TRABALHO: UM DESENCONTRO?	193
Jörg Nowak	
9. “MINHA VIDA ACONTECE NA BAHIA!”: DIÁSPORA NORDESTINA E TRABALHO PLATAFORMIZADO	223
Kethury Magalhães dos Santos	
10. EXISTE UM CAPITALISMO RACIAL DE PLATAFORMAS? REFLEXÕES E HIPÓTESES SOBRE O TRABALHO DE <i>DELIVERY</i> POR APLICATIVOS	247
João Pedro Inácio Peleja	
11. TERRA, TRABALHO E RACISMO: AS “VEIAS ABERTAS” DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	271
Cristiane Luiza Sabino de Souza	
12. O SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESPACIAIS DO BRASIL AFRICANO (SIEAFRO) E A PERSPECTIVA DE UMA GOVERNANÇA TERRITORIAL MAIS EFICAZ	285
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	
13. EXTRATIVISMO AGRÁRIO E RACISMO ESTRUTURAL NO CAMPO BRASILEIRO: EXPRESSÕES DO PLANTATIONOCENO	305
Sérgio Sauer	
MINIBIOS	323

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA O DEBATE SOBRE NOÇÕES DE “CAPITALISMO RACIAL” E “PLANTATIONOCENO”

Sérgio Sauer e Jörg Nowak

A conferência internacional sobre *Plantationoceno: Capitalismo Racial, Trabalho e Terra* foi realizada em dezembro de 2023 na Universidade de Brasília (UnB). O financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF (FAP/DF) possibilitou reunir dezenas de pensadoras e pesquisadores que estudam e interpretam a contemporaneidade, a partir de temas e conceitos relacionados ao racismo, à opressão e exploração econômicas, à exclusão social e à expropriação e destruição ambientais.

Um dos objetivos da conferência internacional foi ampliar o diálogo sobre racismo e modos de produção e exploração capitalistas, buscando interagir, refletir criticamente e aprender com pesquisadores/as e experiências nacionais e internacionais. Portanto, as reflexões e debates da conferência, assim como os capítulos deste livro, giram, direta ou indiretamente, em torno de dois conceitos ou noções interpretativas de “capitalismo racial” e “Plantationoceno”.

A realização da conferência internacional na UnB em 2023 coincidiu com a publicação em português do livro de Cedric J. Robinson. Apesar de ser uma obra seminal, a primeira edição em português, pela editora Perspectiva (Robinson, 2023), aconteceu quarenta anos depois da publicação de *Black Marxism: The making of the black radical tradition*. Desde a publicação em 1983, *Black Marxism* é considerado, não sem controvérsias e críticas, uma obra seminal nos estudos sobre raça, classe e capitalismo, oferecendo chaves interpretativas para analisar interseções entre racismo e exploração econômica capitalista.

A noção de “capitalismo racial”, cunhada por Robinson, oferece uma análise inovadora e crítica da relação entre o Marxismo e a “tradição radical negra”.

Este conceito, também central para Robinson, afirma que a resistência dos povos negros, ao longo da história, não pode ser analisada de maneira adequada apenas com as lentes do Marxismo. Ao explorar a gênese da “tradição radical negra”, Robinson deu ênfase em como movimentos de resistência africanos e afro-diaspóricos historicamente desenvolveram estratégias e visões de libertação que vão além de imaginários europeus. Argumentou que essa tradição radical é resultado de séculos de resistência contra a escravidão, o colonialismo e o racismo, com raízes profundas na cultura, religião e espiritualidade africanas.

Cedric Robinson inverteu os esquemas interpretativos hegemônicos da história, analisando os movimentos trabalhistas europeus – geralmente considerados como referências internacionais de lutas e movimentos sociais contra a exploração capitalista – pelo padrão dos movimentos de resistência africana e pela tradição radical negra. Desafiou, portanto, a visão eurocêntrica predominante do Marxismo ao argumentar que as experiências e as lutas dos povos negros exigem uma teoria própria, para além das interpretações convencionais baseadas apenas nas noções e lutas de classes.

Robinson critica a aplicação acrítica das teorias marxistas à luta dos povos negros, argumentando que, ao focar exclusivamente na luta de classes, as análises negligenciam as especificidades da opressão racial e a forma como o capitalismo foi construído sobre uma base racializada. Consequentemente, o racismo não é um subproduto do capitalismo, mas uma de suas características centrais, pois o capitalismo europeu esteve intimamente ligado à escravidão e ao colonialismo. Essa interpretação de que o racismo antecede e molda o sistema gerou a noção de “capitalismo racial”.

Esse debate não é novo no Brasil (Moura, 2019, 2020; Nascimento 1978, 2002), com pesquisas e reflexões importantes fora do país (Williams, 2012, Cox, 1970, Hall, 1980), mas, a partir de meados dos anos 2000, uma nova geração de pesquisadoras/es reexaminou e renovou esse debate. Por exemplo, os casos de violência policial e os protestos do *Black Lives Matter* nos Estados Unidos reatualizaram debates sobre o capitalismo racial. As noções e ideias de *Black Marxism*, especialmente a tradição de lutas e resistências negras, voltaram aos debates sobre raça e racismo no capitalismo. É importante frisar, no entanto, que Robinson não tem sido a única inspiração das análises críticas sobre racismo e como as estruturas raciais estão, historicamente, embutidas no sistema capitalista. Já antes da

publicação de *Black Marxism*, Frantz Fanon foi uma referência nos estudos críticos das interseções entre racismo, colonialismo e capitalismo.

Fanon desenvolveu uma crítica contundente acerca da opressão colonial e do racismo em seus livros mais influentes, como *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), publicado em 1952, e *Os Condenados da Terra* (1961), publicado em 1961. Segundo ele, o colonialismo, a violência e o racismo estruturais eram inerentes ao sistema capitalista imperialista. Fanon argumentava que o racismo não era apenas uma questão de preconceito individual, mas uma estrutura sistêmica construída para justificar e manter o domínio colonial para a exploração econômica das colônias. Para Fanon, o racismo faz parte da lógica capitalista colonial, sendo a desumanização racial dos colonizados essencial para justificar a violência física e psicológica necessária para sustentar o domínio colonial.

Além desses pensadores internacionais, conforme já mencionado, o Brasil tem uma longa tradição de pesquisa, teorização e produção acadêmica sobre discriminação, desigualdade, racismo e exploração econômica. De Guerreiro Ramos (2023) à Leila Gonzalez (2020), de Abdias Nascimento à Sueli Carneiro (2023) e Clóvis Moura (2019; 2020), incluindo muitas pesquisadoras/es mais jovens e em franca atividade intelectual, alguns inclusive presentes neste livro, que têm refletido, analisado e formulado noções e críticas em diálogo direto ou indireto com Fanon, Robinson e outros intelectuais negros.

Parte desse debate e da produção intelectual, tomando o racismo como constitutivo da exploração, tem sido realizado com base na noção de “plantation” e no conceito de “Plantationoceno”, o segundo conceito interpretativo deste livro. Historicamente, o termo “plantation” se refere ao sistema de produção agrícola em larga escala, voltado para o mercado externo, baseado no trabalho escravo e na superexploração da mão de obra.

Um aspecto interessante desse debate é que, embora o sistema de plantation tenha sido criado principalmente no Brasil, entre outros países como Haiti e Jamaica, o termo “plantation” não tem uma boa tradução no português. A tradução literal “plantação” tem um significado corriqueiro, expressando qualquer tipo de cultivo da terra e não o sistema colonial escravocrata. Traduções possíveis, mas pouco elucidativas, seriam “grande lavoura”, “monocultivo” ou, dando uma conotação política ao modelo agropecuário vigente, “agronegócio” (noção em disputa, e, que, portanto, também não tem a conotação teórica de “plantation”).

Diante das dificuldades e alternativas pouco elucidativas, se usa o termo na versão em inglês “plantation”. A não existência de uma palavra com o conteúdo ou descrição do sistema escravocrata, esconde que o sistema de *plantation* dominou a economia brasileira por quatrocentos anos. Essa não tradução aponta para uma falta de memória coletiva e historiográfica, que não é sem propósito. É emblemático que os modelos hegemônicos brasileiros de produção agropecuária, em larga escala, implantados desde o final do século XVI, não sejam designados por um conceito específico no Brasil. Diferentemente de conceitos como, por exemplo, “sistema escravista” ou escravidão, o conceito “plantation” expressa exatamente o sistema agrícola dominante e o fenômeno escravocrata nos EUA.

O modelo *plantation* de produção, baseado no trabalho escravo, foi amplamente utilizado durante o período colonial e imperial, especialmente nas grandes fazendas monocultoras (latifúndios), que se especializavam em um único produto para exportação, como açúcar, café, cacau e algodão. Baseado na exploração extensiva da terra e intensiva da força de trabalho escravo, a “plantation” foi o sistema dos latifúndios, grandes extensões de terras controladas por uma elite proprietária. Esses latifúndios eram economicamente poderosos e politicamente muito influentes, exercendo o poder político, tanto em cargos eletivos como no “exercício do poder local”, sobre a sociedade.

O conceito de *plantation*, portanto, explicita a implantação da produção agropecuária em larga escala nas Américas, tendo alguns elementos e características fundantes como: a) o colonialismo e a criação de periferias que fornecem matérias-primas para os centros de poder econômico; b) a escravidão, a superexploração do trabalho e a opressão racial (a terra e a força de trabalho eram exauridas para maximizar a produção e os lucros); c) determinada organização espacial e produtiva (concentração), que prefigurou o capitalismo industrial, e d) uma ruptura ecológica (exploração intensiva e exaustão dos recursos naturais) com consequências ambientais devastadoras a longo prazo. Essas características históricas estão na base da noção de “Plantationoceno”.

O conceito de Plantationoceno foi originalmente desenvolvido em um contexto norte-americano, segundo Donna Haraway (2015). Em uma nota de rodapé do artigo “Anthropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno”, a autora afirma que em uma conversa para a Ethnos, realizada na Universidade de Aarhus em outubro de 2014, os participantes

formularam essa noção de Plantationoceno. Partindo de suas reflexões sobre a crise ecológica, poder e raça, Haraway (2015) critica a noção de Antropoceno, pois negligencia as relações de poder e diferentes capacidades e responsabilidades da intervenção humana sobre o planeta. Relações relacionadas ao colonialismo, racismo e escravidão, portanto, Plantationoceno destaca o legado da violência colonial e da exploração racial, fundamentais na formação do capitalismo e na destruição ambiental contemporânea (Haraway, 2015).

Haraway (2015), usando a noção de Plantationoceno, discute criticamente noções e narrativas de progresso e desenvolvimento associadas ao capitalismo e à modernidade. Destaca que essas são heranças históricas da escravidão e da violência racial, e que continuam aprofundando e moldando a crise ambiental. Plantationoceno, nesse sentido, aponta para uma forma de desenvolvimento e destruição ambiental, centrada na lógica colonial e na exploração racial, força motriz das crises ecológicas e sociais contemporâneas (Haraway, 2015).

Esse conceito foi retomado por Wendy Wolford (2022), estabelecendo relações estreitas entre a lógica de produção, superexploração do trabalho, mudanças na paisagem rural e criação de conflitos sociais e ambientais. Em um artigo seminal, cunhou um conceito luso-tropical de Plantationoceno, uma contribuição importante nos debates e estudos agrários críticos. O uso da noção interpretativa de Plantationoceno permite aproximar teorias críticas, incluindo raça, gênero e classes no campo, facilitando olhares sobre o papel (e a má distribuição) da terra na geração, aprofundamento e perpetuação da desigualdade no Brasil.

Apesar da riqueza intelectual dessa produção crítica, não por acaso, grande parte desses trabalhos permaneceram à margem das disciplinas acadêmicas e dos espaços hegemônicos de produção do conhecimento. A Sociologia do trabalho, por exemplo, é feita, em geral, separada da Sociologia do racismo; a História da escravidão é conduzida, em grande parte, separada da História do trabalho; a mesma divisão tem acontecido com os estudos agrários, com a Economia Política agrária, com a Ecologia política, e muitos outros campos de conhecimento. No entanto, nos últimos anos, essas barreiras estão sendo transgredidas, até certo ponto, e este livro visa intensificar essa tendência.

O recente debate que se baseia no trabalho de Robinson está levantando novas questões: podemos aplicar o conceito de capitalismo racial além das

Américas? Sheetal Chhabria (2023), por exemplo, afirma que o sistema de castas na Índia é um sistema de racismo que surgiu independentemente do racismo europeu e foi então integrado e modificado no contexto do Império Britânico e, posteriormente, na economia global. A questão é, portanto, como diferentes racismos são jogados uns contra os outros e se conectam em constelações mutáveis, devido a conjunturas econômicas e políticas e novas estratégias de exploração da força de trabalho. Outras questões em aberto prendem-se, por exemplo, às formas de racismo e discriminação étnica na China ou na Rússia. Existem muitas origens geográficas do capitalismo racial, ou existe, por exemplo, um projeto europeu que é usado para adaptar outras formas de opressão no contexto do capitalismo global?

Essa ascensão do debate internacional sobre racismo, por um lado, se deve à onda de protestos contra a violência policial em vários países, e mais proeminentemente nos EUA. Mas também é motivado pela virada política nacionalista de direita, primeiro nos EUA e no Reino Unido, com a eleição de Trump como presidente em 2016 e 2024 e a votação do Brexit, seguida por uma onda crescente de formações políticas de extrema direita em vários países europeus e latino-americanos. O debate sobre o racismo também ganhou destaque devido à incidência de eventos climáticos extremos que afetam desproporcionalmente populações pobres e racializadas e que já estão levando a deslocamentos e migrações em larga escala de populações dentro e entre os espaços nacionais.

Portanto, a escalada do debate sobre o racismo é motivada tanto pela importância do racismo quanto pela resistência contra ele, colocando-nos em uma conjuntura difícil, mas não sem sinais de esperança, sobrevivência e perseverança.

Aimé Césaire, poeta, escritor e líder político caribenho, declarou em seu “Discurso sobre o Colonialismo” que o escândalo do fascismo alemão consistiu em ter infligido contra os brancos a mesma violência que as potências imperiais usaram contra os colonizados. É importante lembrar que a Alemanha fascista se utilizou do trabalho forçado de 10 milhões de trabalhadores oriundos em grande parte da Rússia e da Polônia. Há muita verdade nas palavras de Césaire, e elas também levantam uma outra questão, a do racismo entre pessoas brancas, ou seja, o racismo existente internamente na Europa. Cedric Robinson afirma que o racismo europeu existiu pela primeira vez como um fenômeno interno que depois voltou-se para fora, mencionando a colonização da Irlanda e a escravidão na Europa Oriental.

O livro está composto por treze (13) importantes contribuições, iniciando com Satnam Virdee, que explora essas origens europeias do racismo, enfatizando como a reconquista da península ibérica pelas forças cristãs levou a um antissemitismo, passando de um conflito religioso para um conflito interno entre as elites cristãs e judias, e se transformando pouco a pouco em um racismo com motivação biológica, dado que a conversão dos judeus não foi aceita como processo legítimo. Esses acontecimentos, incluindo massacres contra judeus em várias regiões, se desenvolveram nas mesmas regiões onde a colonização das Américas foi planejada poucos anos depois do auge dos ataques violentos antissemitas. Concretizando a tese de Cedric Robinson sobre a origem intra-europeia do racismo, Virdee providencia nuances importantes que revelam as raízes religiosas do racismo, e a interligação entre colonialismo e antissemitismo nos casos da Espanha e da península ibérica como um todo.

Nas abordagens que ampliam e corrigem as teses de Cedric Robinson, o capítulo de Mishal Khan alega que as pesquisas sobre o capitalismo racial tinham até o momento focado seus estudos na Europa e nas Américas, e dado pouca atenção aos países asiáticos e às trajetórias do racismo como discurso global neste continente. Ela demonstra até que ponto a abolição da escravidão na Inglaterra serviu para mascarar novas formas de racismo. A autora mostra ainda que formas de escravidão na Índia e em outros países da Ásia foram rotuladas como trabalho livre ou relações por dívida, firmadas a partir do livre arbítrio dos envolvidos. A partir de uma pesquisa histórica profunda, ela mostra como o trabalho que era realizado pelos Shidis, uma população afrodescendente na Índia, foi identificado como análogo ao trabalho escravo, levando a investigações por parte do poder colonial inglês, enquanto a escravidão entre indianos, que era expressiva no país, foi largamente ignorada por esse mesmo poder. Nesse sentido, uma hipervisibilização de populações afrodescendentes pelos ingleses, e a identificação deles com a escravidão, justificada ou não, foi acompanhada pela negação da existência de trabalho escravo entre outras populações da Índia, servindo ao novo regime de trabalho forçado, que começou a ser integrado na economia mundial depois da abolição da escravidão atlântica.

Cedric Johnson apresenta no seu capítulo uma perspectiva que questiona a perspectiva de Cedric Robinson. Segundo Johnson, a tradição radical negra pode ser baseada em valores distintos de uma civilização africana, substituindo conflitos de classe por conflitos entre projetos de civilizações. Johnson situa a obra de Robinson nos debates do movimento negro dos

Estados Unidos nos anos 1970, caracterizado por cisões entre grupos afrocêntricos e grupos anticapitalistas. Johnson interpreta o posicionamento de Robinson como resultado da derrota ao longo dos anos 1970 de uma tendência representada pelos Panteras Negras, que declarava o capitalismo como alvo central. No cenário atual, Johnson deduz que a centralidade renovada do conceito do capitalismo racial nos movimentos contra a violência policial nos Estados Unidos tende a confinar os debates ao invés de ampliá-los. A luta contra o racismo é irreduzível, mas as discriminações raciais nos Estados Unidos estão tão intimamente ligadas a políticas de empréstimos de bancos, políticas de moradia e ao mercado de trabalho, que alianças mais amplas que engajam esses atores corporativos são necessárias. Em outras palavras: mesmo os efeitos mais profundos do racismo estrutural só podem ser combatidos com frentes políticas que incluam atores brancos e não-brancos, e que visem questões da distribuição da riqueza, além da discriminação. A ligação entre racismo e capitalismo é tão estreita que o primeiro não pode ser combatido sem um questionamento às bases do segundo.

Muryatan S. Barbosa analisa em seu capítulo os movimentos antirracistas no Brasil no contexto internacional, caracterizado pelo ressurgimento da hegemonia dos EUA e pela ascensão da China ao status de segunda potência global. Barbosa lembra como, em sincronia com o interesse das elites norte-americanas em um Brasil democrático e neoliberal, nas décadas de 1980 e 1990, o movimento negro brasileiro das décadas de 1990 e 2000 embarcou em um caminho reformista e institucional, com foco apenas em políticas de ação afirmativa, muitas vezes em parceria com organizações norte-americanas. Dado que a população racializada no Brasil representa a maioria, um projeto antirracista teria de desenvolver um caráter nacional-popular e incluir o desenvolvimento nacional baseado na autonomia tecnológica, em oposição à superexploração da mão de obra. O foco em um projeto de desenvolvimento nacional-popular seria, portanto, a diferença decisiva entre as estratégias do movimento negro no Brasil e nos EUA, e está entre os tópicos menos debatidos no movimento negro brasileiro. As perspectivas para essa virada em direção a um projeto nacional de soberania econômica não parecem fáceis, dada a bipolaridade no cenário internacional, e o Brasil teria de fazer sérios esforços em sua parceria com a China para não continuar sendo um simples fornecedor de matérias-primas.

Joelma Rodrigues explora como corpos de seres humanos foram etiquetados e marcados de formas variadas nas invasões coloniais, e como esse processo foi moldado mediante o desenvolvimento dos países europeus, nos quais os cercamentos e a criação de uma classe assalariada foram acompanhados da desapropriação das capacidades, espaços e conhecimentos das mulheres. Este processo ainda levou à uma posição ambivalente das mulheres brancas, que, em geral, se tornaram ajudantes no projeto colonial. Assim, apesar de todas as mulheres terem sido submetidas à exclusão e à violência patriarcal, mulheres brancas e não-brancas estão separadas por um abismo social, marcado pelas diferenças no acesso à saúde e à educação, na submissão à violência policial, nas formas de objetificação dos corpos, e em relação às condições de trabalho e salários, sendo difícil o acesso pelas mulheres não-brancas a trabalhos dignos e salubres.

Iacy Maia Mata oferece um vislumbre do conjunto dos protestos dos trabalhadores negros livres em Cuba no século XIX. Nesses protestos, havia referências recorrentes à revolução no país vizinho Haiti, que aboliu a escravidão e acabou com o domínio colonial. Cuba viu mais de 20 revoltas de escravos na primeira metade do século XIX e, na região leste da ilha, o aumento das *plantations* de café foi acompanhado pelo aumento das comunidades quilombolas. Uma série de revoltas na década de 1840 e a repressão subsequente levaram a um regime mais severo da Coroa Espanhola contra as populações de cor que representavam a maioria em Cuba na época. Os casamentos inter-raciais, por exemplo, exigiam o consentimento das autoridades, e as pessoas de cor livres eram obrigadas a portar passes especiais e eram proibidas de segurar cães ou portar facas. A imigração de qualquer pessoa de cor também foi proibida, pois elas eram consideradas suspeitas de disseminar ideias radicais sobre igualdade. Elas tinham permissão para possuir propriedades na Cuba colonial, no entanto, a distribuição desigual dessas propriedades entre brancos e não brancos era reforçada pelo confisco de bens pela Coroa, que geralmente gerava ondas de revoltas, limitando a mobilidade social.

Jörg Nowak aborda como os estudos sobre capitalismo racial podem enriquecer o campo de estudos globais do trabalho. Para Nowak, a obra de Cedric Robinson providencia um ponto de partida para aprofundar análises sobre hierarquias racializadas entre diferentes tipos de trabalho. O marcador de raça serve como critério para organizar a mão de obra, destinando os trabalhos mais pesados e perigosos ao encargo de grupos racializados. Um desafio para a perspectiva do capitalismo racial são

o sistema de castas e o trabalho forçado de indianos e chineses que foi exportado para inúmeros países depois da abolição da escravidão atlântica, representando um polo adicional, além do triângulo Europa, África e América. A existência de formas não-europeias de capitalismo racial, que tardiamente foram integradas no sistema imperial europeu, é um importante lembrete de que existiram formas do capitalismo que surgiram em países asiáticos, em paralelo com o desenvolvimento europeu, criando as suas próprias hierarquias sociais. A disseminação global do sistema de *plantations* manifesta a íntima ligação entre trabalho racializado e uso e propriedade da terra, apontando para a necessidade de abordagens interdisciplinares.

No capítulo de Kethury Magalhães dos Santos são abordadas as entregadoras de comida por meio de plataformas digitais no Distrito Federal. A divisão racial do trabalho nesse ramo é marcada pela migração interna e pelas desigualdades regionais, com uma presença marcante de entregadoras vindo do Nordeste do Brasil. No Distrito Federal, a maioria delas exercem seu trabalho nas regiões de alta renda e costumam morar nas regiões de renda mais baixa. Nas entrevistas conduzidas, é possível encontrar experiências de uma migração circular, com várias migrações entre o Distrito Federal e o lugar de origem na Região Nordeste ao longo da vida, formando duas bases espaciais de existência. O trabalho por aplicativos de entrega se mostra também como resultado das experiências em empregos anteriores marcadas por baixo reconhecimento e pelo racismo. Mesmo assim, no trabalho por aplicativos, as entregadoras enfrentam o racismo quando adentram os restaurantes em busca dos pedidos ou quando tentam fazer uso de banheiros em estabelecimentos comerciais. A autora evidencia ainda que a dificuldade no acesso a banheiros durante sua jornada laboral é bastante prejudicial à saúde delas.

João Pedro Inácio Peleja analisa também o caráter racial do trabalho platformizado, que parece, à primeira vista, funcionar sem discriminação por raça, gênero ou outros marcadores de diferença social. De um lado, o trabalho por aplicativos parece atrativo dada a autonomia e a flexibilidade pretensamente oferecidas, de outro, é marcado pelo controle algorítmico exercido pelas plataformas. Problemas recorrentes para esses/as trabalhadores/as são as avaliações intransparentes que determinam a trajetória profissional. A remuneração baixa por cada entrega leva os/as entregadores/as a prolongar a sua jornada de trabalho, com o intuito de aumentar seu salário. Mesmo diante de um gerenciamento anônimo da mão

de obra, Peleja mostra, a partir da base de dados da PDAD, que as mulheres ganham menos que os homens no trabalho mediado por plataformas digitais, e brancos ganham 70% a mais do que negros. Paradoxalmente, os resultados mostram que quem trabalha menos horas na semana recebe rendimentos maiores, contradizendo as políticas oficiais das empresas-plataformas. Neste caso, o racismo e a diferença salarial entre brancos e negros são reproduzidos nas avaliações dos clientes e nas gorjetas alocadas para os/as entregadores/as.

Cristiane Luiza Sabino de Souza destaca como a superexploração de trabalho, a dominação imperialista e a posse de terra se estabeleceram como elementos constitutivos do capitalismo dependente na América Latina. Dado que a concentração de terras conformou o sistema econômico do Brasil colonial e pós-colonial, a questão agrária e a questão racial são indissociáveis. A atuação do agronegócio, no início do século XXI, tem, além disso, vinculação direta com a destruição de ecossistemas e a crise ecológica generalizada. A concentração da propriedade da terra se mantém expressiva no Brasil e, no caso das áreas grandes, a esmagadora maioria dos proprietários são brancos. Essas relações internas são acompanhadas pela dominação no mercado mundial dos Estados Unidos que, apesar da sua dependência das matérias-primas, como metais, oriundos dos países do Sul Global, conseguem manter termos de troca desfavoráveis para países da América Latina e da África.

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos faz no seu capítulo uma proposta inovadora de representação do território brasileiro, com o intuito de conferir visibilidade ao “Brasil Africano” que foi excluído sistematicamente das representações e mapas oficiais. Anjos enfatiza como o Brasil Africano continua sendo tratado como um assunto do passado ou um aspecto marginal da vida nacional, não somente com o intuito de esconder 400 anos de escravidão, mas também de permitir que a maioria da população seja negligenciada. Dado isso, Anjos fala de “dois Brasis” que materializam o apartheid de um território desigual com fronteiras rígidas e lógicas espaciais distintas. Nesse sentido, a invisibilização do Brasil Africano está em consonância com a ocupação desigual do território e das fronteiras entre os espaços. Essa configuração se reflete nos números baixíssimos de deputados/as, senadores/as e prefeitos/as de matriz africana, de um Estado policial que extermina a juventude negra e de uma educação que sistematicamente ignora a matriz africana da população brasileira. Os mapas que formam parte do capítulo representam essa exclusão e, ao

mesmo tempo, a presença da população de matriz africana no Brasil, sendo ferramentas cruciais na representação dessa ordenação territorial desigual e racializada.

Como essa desigualdade territorial encontra expressão no campo brasileiro e na posse de terra, é o assunto central do capítulo de Sérgio Sauer. É marcante que o Censo Agropecuário de 2017 foi o primeiro que incluiu variáveis de raça e cor, o que possibilitou identificar como o racismo forma parte da realidade produtiva e social do campo no Brasil. Sauer elabora como o sistema de *plantation* de monocultivo e propriedades enormes foram os pilares centrais do sistema escravista no Brasil. Esse sistema continua a estruturar as relações de propriedade de terras, com os pretos e pardos constituindo 61% da população rural, em posse de 28,3 % da área dos estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos dirigidos por brancos são expressamente maiores do que os de proprietários/as pretos e pardos, confirmando como a estrutura da propriedade rural forma parte do racismo estrutural no Brasil.

Referências

CARNEIRO, S. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.

CESAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2017.

CHHABRIA, S. Where Does Caste Fit in a Global History of Racial Capitalism? *Historical Materialism*, vol. 31, nº 2, p. 136-160, 2023.

COX, O.C. *Caste, class and race*. New York. Monthly Review Press, 1970.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

HALL, S. Race, articulation and societies structured in dominance. In: *Sociological theories: race and colonialism*, p. 305-345, Paris: Unesco, 1980.

HARAWAY, Donna. *Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin*, Environmental humanities. Vol. 6, p. 159-165, 2015.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. 6. Ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, A. *O Quilombismo*. 2a edição. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares, Produtor Editorial Independente, 2002.

RAMOS, G. *Negro sou: A questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)*. Organização de Muryatan S. Barbosa. São Paulo: Zahar, 2023.

ROBINSON, C. *Marxismo Negro. A Criação da Tradição Radical Negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOLFORD, W. Contribuições luso-tropicais para a teoria do Plantationoceno. In: SAUER, Sérgio; GRISA, Cátia; GOMES, Ramonildes; OLIVEIRA, Valter L. e DIAS, Janise B. (orgs.). *Estudos rurais: Entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento, natureza, políticas públicas e lutas no campo*. São Leopoldo, Oikos, 2022, p. 23-58.

12. O SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESPACIAIS DO BRASIL AFRICANO (SIEAFRO) E A PERSPECTIVA DE UMA GOVERNANÇA TERRITORIAL MAIS EFICAZ

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Introdução

A Geopolítica do processo de formação territorial do Brasil nos últimos cinco séculos tem sido configurada na sua estrutura social, demográfica e nos lugares segregados no território usado. A captura e configurações das espacialidades constituídas a partir da diáspora são reveladoras dos conflitos seculares no espaço latino-americano, marcadas por estratégias de embranquecimento e práticas facilitadoras de invisibilidades nas estruturas oficiais e institucionais. A nação brasileira assume posição particular por se constituir atualmente na primeira nação, demograficamente, mais africana fora da África, fruto sobretudo das articulações de abrangência geográfica e refinamento na economia da escravidão com quatro séculos de prosperidade, mas com traumas e violências nos desdobramentos da contemporaneidade brasileira. Neste sentido, a captura da espacialidade construída a partir da diáspora africana é reveladora do Brasil conflitante secular, marcada por hostilidades estruturais e institucionais.

Importante lembrar que o território continua sendo o principal revelador dos espaços visíveis oficialmente, ou seja, os aceitos e formalizados pelo sistema dominante e os invisíveis, que correspondem aos territórios usados que não devem ser mostrados na cartografia e na paisagem geográfica oficial.

No território brasileiro este conceito é emblemático, sobretudo na encruzilhada destes “Brasis” formal-informal e\ou incluído-excluído, onde estão os povos e os espaços de matriz africana secularmente à margem dos projetos do país com tratamento periférico e políticas de invisibilidade, onde a inexistência é uma das estratégias mais fundamentadas, ou seja, o Estado tem agido secularmente contra qualquer tipo de inserção das matrizes afrobrasileiras para terem um “lugar” definido no sistema dominante (Anjos, 2022, p. 563).

Entendemos que essas são instâncias concretas no conjunto amplo das contradições dos cinco séculos de sistema escravista criminoso (aqui incluímos os quatro séculos do Brasil Colonial e os 100 anos do século XX do Brasil República de mentalidade escravocrata), ainda pendentes de reconhecimento e reparação oficial não resolvidos no país. A espacialidade da exclusão e do conflito secular da nação é o que tratamos aqui e propomos outras representações, leituras e interpretações do espaço, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente. Neste sentido, caracterizar e interpretar espacialmente as estruturas existentes na formação territorial do Brasil e do seu povo diverso, tomando como referência os aspectos geográficos da herança africana configurada no território é uma premissa básica. Lembramos que no conceito de território estão agregados os sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como, quanto ao seu limite, a sua fronteira.

Entendemos (...) que o território é o suporte da existência humana! Ele é na sua essência um fato espacial e social secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, possível de categorização e de dimensionamento. Nesta direção, no território afrobrasileiro estão gravadas as referências culturais e simbólicas das matrizes da África na sua coletividade, ou seja, é o espaço multi escalar (cadastral, urbano, municipal, regional e nacional) construído e materializado a partir das suas referências identitárias e de pertencimento territorial, onde a sua população tem um traço de origem étnica e social predominante (Anjos, 2020, p. 22s).

No processo de leitura, interpretação e representação do território, os mapas são efetivamente ferramentas eficazes possibilitando revelar as construções sociais e feições naturais do espaço e, por isso, mostram

os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes são imprescindíveis por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução e a explicação, além de fornecerem pistas para a tomada de decisões e soluções para a governança.

Neste sentido, a cartografia afrobrasileira é sobretudo uma ferramenta estratégica básica para a cidadania negada secularmente, uma vez que este instrumento, de certa maneira, “fala” e torna “visível” o “Brasil Africano” que muitos e muitas não querem “ouvir” e nem “ver”, mas é possível a sua construção e existência! Por isso a cartografia não é somente um desenho: ela produz documentos, ou seja, pode mostrar como a sociedade funciona, como anda a casa, a rua, o bairro, a cidade, o município, o estado, a nação, onde estão os excluídos e os incluídos no sistema (Anjos, 2020, p. 26).

Tomamos como premissa que tratar das matrizes africanas no Brasil nos contextos espaciais, buscando reconhecer, valorizar e superar os racismos sistêmicos (seculares) e institucional (aparato do Estado) existentes é ter uma ação sobre um dos mecanismos fundamentais na manutenção da exclusão territorial e social materializadas no país. Neste capítulo buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos e dos dados sobre as referências espaciais das territorialidades de matriz oriundas da África resistentes, sobreviventes e de resgate no Brasil Real no SIEAFRO (Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano). Dessa forma, buscamos trazer elementos fundamentais para o entendimento das configurações multi escalares existentes na África Brasileira; abordar o modelo perverso da governança excludente e constituir de fato, perspectivas de gestão antirracistas junto aos territórios afrobrasileiros no país. Algumas considerações referentes ao espaço de matriz africana no Brasil contemporâneo, os conflitos institucionais na estrutura da governança oficial e as possibilidades de articulação antirracista no Estado, são tratadas no item a seguir.

1. Referências do modelo de manutenção do racismo sistêmico-institucional na governança do Brasil Africano

Importante a lembrança de que a história oficial e a governança brasileira ainda continuam associando à população de matriz africana

uma imagem de “escravizados”, aos quilombos sempre como algo do passado e aos territórios afro-brasileiros uma invisibilização permanente e preconceitos. A estratégia básica é “olhar” o Brasil Africano como se este não fizesse parte da vida contemporânea da nação, implementando sistematicamente uma estratégia de “inexistência” social e territorial.

A Geografia Oficial, ou seja, a Geografia que o Estado brasileiro tem desenvolvido ao longo dos seus cinco séculos de existência formal no sistema global, vai se operacionalizar sobre esse contexto duradouro de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados, apostando portanto nas desigualdades, na ineficiência das ações governamentais, restringindo o acesso à educação e à saúde e, exigindo obrigações dos seguimentos menos favorecidos. Mesmo com esta Geopolítica Colonial de proteção da classe que detém o capital e os meios de produção, o Brasil era e continua extremamente frágil porque dependia e depende da força de trabalho dos povos africanos e tradicionais da floresta para se manter. É oportuno lembrar que fomos a Colônia que mais importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas e a última a sair do sistema escravista na América, resolvido institucionalmente com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido à pressões internacionais e num contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos traumáticos na sociedade e no território brasileiro nesses 133 anos “carregando” as referências do escravismo criminoso (Anjos, 2019, p. 80).

Entendemos que foi desenvolvida de forma estratégica uma “miopia” proposital na nação nos últimos 100 anos visando iludir o imaginário da nação escravocrata, “escondendo” os quatro séculos de escravidão oficial, desinformando e criando impedimento para qualquer tentativa de inserção e emergência social, econômica, política e educacional do Brasil Africano real e existente (ver a **Figura 01**). E, na atualidade, as espacialidades de matriz africana da nação trazem o conflito do território invisibilizado secularmente e revelam a dificuldade real do Estado para “enxergar” as consequências do enriquecimento proveniente da diáspora africana. Neste paradoxo está a principal “encruzilhada” geopolítica do país, ou seja, o incômodo permanente com a Geografia da Desigualdade implementada, necessária para as elites, mas com um conflito permanente junto ao seletivo grupo que controla e domina

os meios de produção no sentido largo. A **Figura 02** sintetiza os dois “Brasis” seculares aqui referidos: Formal – Informal, Organizado – Desorganizado, Oficial – Oficioso, Legal – Ilegal, Vida boa – Vida ruim, Ser feliz – Ser infeliz, dentre outras categorizações pejorativas, racistas e limitadas reveladoras do Brasil Real, materializando o *apartheid* no território desigual, com lógicas espaciais distintas e fronteiras rígidas separando as duas “Geografias”, os dois “Brasis”.

A **Figura 03** mostra a estrutura das estratégias geopolíticas no Brasil de “herança colonial” na implementação de políticas de Estado racistas, excludentes e duradouras. Estas se materializam em ações jurídicas, impondo a manutenção da uma “miopia” secular na nação de mentalidade dominante escravocrata e limitada. São seis (6) os eixos principais:

1. Constituição formalizada de um apagamento da memória dos cinco (5) séculos de Sistema Escravista no Brasil. Onde está o grande museu nacional que trate e mostre a valorização, resistências e contribuições, no sentido largo, das matrizes oriundas da África na constituição e formação do Brasil?
2. Processo de “branqueamento” da população nos últimos 100 anos. A quem interessa termos nos tornado a nação mais “parda” do mundo? De noite todos os gatos são o que? Convivemos em um país com um grande problema de identidade, pertencimento e reconhecimento das suas matrizes étnicas ancestrais.
3. O processo de ocupação desigual do território com fronteiras bem definidas do conflito secular é um fenômeno espacial banalizado, naturalizado na nação. Que seguimentos da sociedade, do governo e dos meios de produção ganham com a pobreza generalizada?
4. A constatação de uma prática de impedimento eficaz nas representatividades do espaço político do país. Por que não temos números significativos de deputados(as) e nem senadores(as) de matriz africana nas representações da Câmara e do Senado em Brasília? Por que não existem quase prefeitos(as) pretos(as) nas prefeituras municipais nos 5.570 municípios brasileiros?

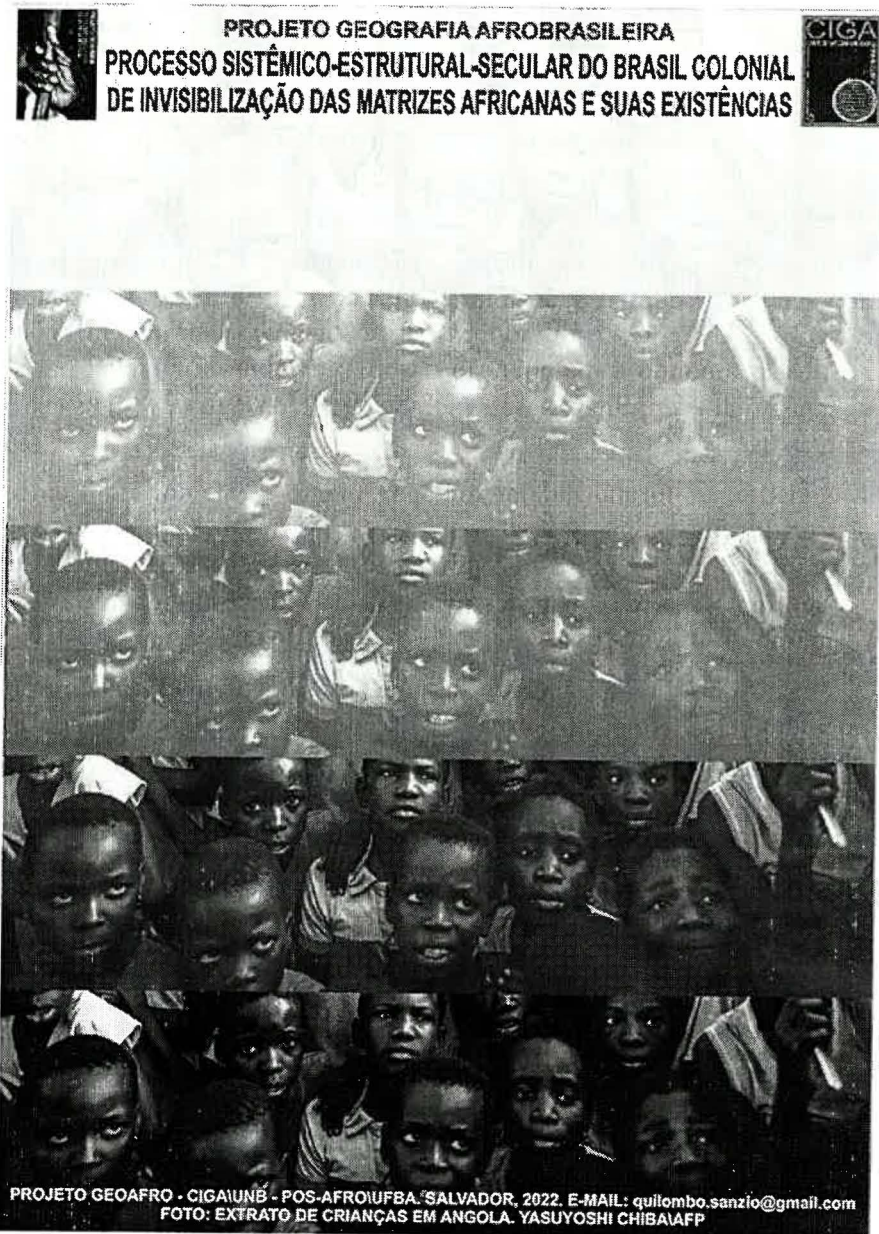


Figura 01. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Projeto GEOAFRO. Brasília – DF. 2023.

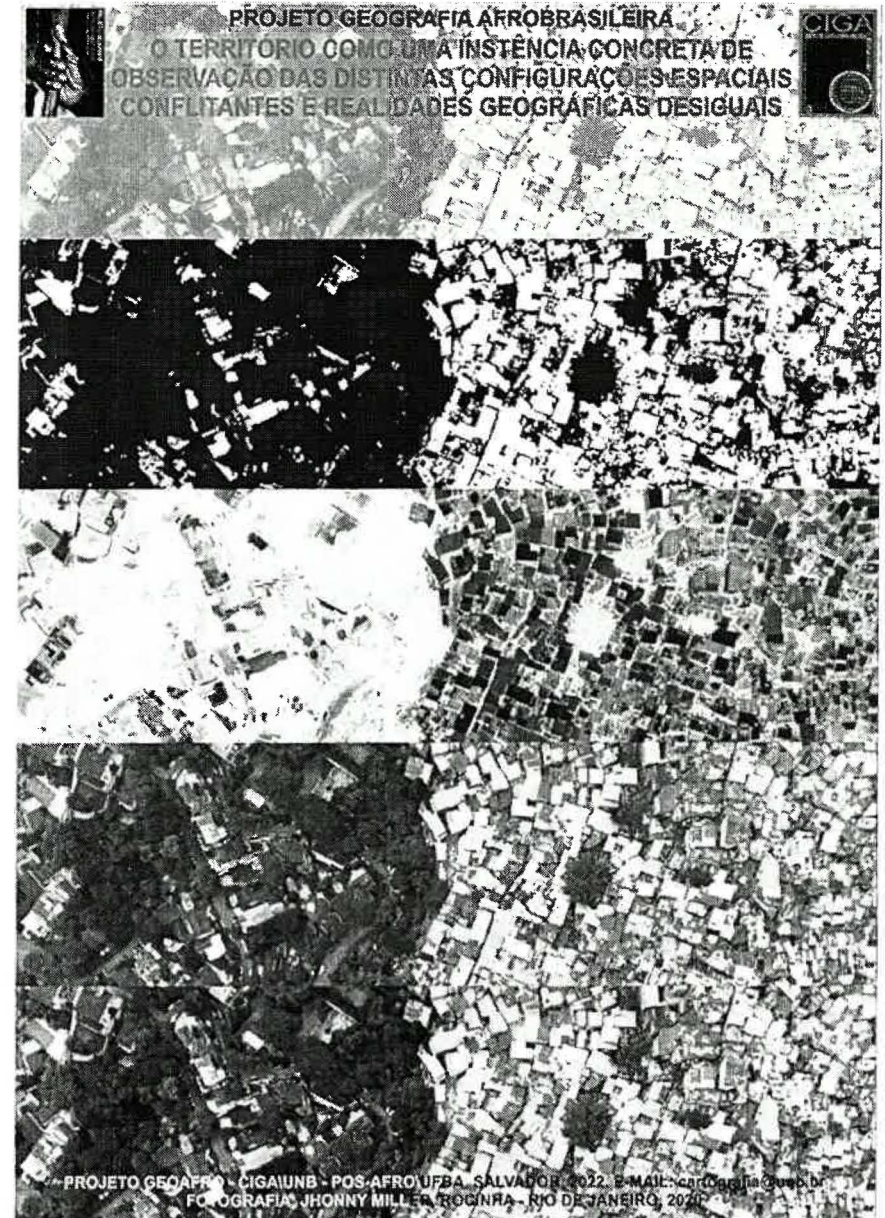


Figura 02. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Projeto GEOAFRO. Brasília – DF. 2023.

5. Fortalecimento de um Estado Policial e repressor das “minorias”, que no Brasil Real são “maioria”. Quem são as populações mortas sistematicamente nas cidades brasileiras? Por que a política de extermínio do povo afrobrasileiro caminha a passos tão largos?

6. Manutenção de uma Mídia Oficial e Educação do Estado Escravocrata onde as matrizes oriundas da África, do povo e da cultura afrobrasileira não tenham espaço e nem lugar. Por que temos uma Lei 10.639, desde 2003, que obriga o sistema escolar da nação a ensinar referências da cultura e dos povos de matriz africana no país e a mesma não ocorre? Por que os Ministérios Públicos não agem para contornar este contexto?

A forma descaracterizada e desqualificada como o Estado brasileiro tem conduzido a política cartográfica e geográfica no país para os seguimentos excluídos secularmente, revela uma fragmentação institucional e das ações burocráticas, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, mas, sobretudo, causa um dano irreparável na gestão eficaz das políticas públicas no território. Tomando os municípios como unidade espacial fundamental de governança, seguida pelos Estados, verificamos registros reveladores desta forma particular, contraditória e ineficaz que a nação conduz.

Inicialmente, é relevante trazer à luz dois componentes fundamentais referentes à demografia e à economia da escravidão no Brasil. A **Figura 04**, constituída por quatro mapas do Brasil, trata dos seguintes temas: a quantificação demográfica dos povos africanos e seus descendentes no 1º. Censo (1872) realizado no Brasil, portanto, há 152 anos, no qual é revelado as unidades políticas das maiores estatísticas de africanos e africanas e seus descendentes. Se destacam neste dado espacial Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, como os mais escravagistas. Com números um pouco menores estão Paraíba, Alagoas e Maranhão.

Esta constatação cartográfica está no mapa do Brasil ao lado. Nos mapas abaixo, na mesma **Figura**, estão à esquerda o Mapa das Regiões Geoeconômicas Colonial do Brasil (Séculos XVI-XIX), onde é perceptível os espaços mais produtivos e as suas configurações. Destacamos a Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Amazônas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro, Espírito Santo, dentre outros, ou seja, praticamente todos as unidades políticas do Brasil enriqueceram com a economia da escravidão com gradientes diferentes.



Figura 03. Fonte: ANJOS, R. S. A. Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014 \ Atualização: Projeto GEAFRO, Brasília, 2023.

No Mapa ao lado com as informações sobre o nível de adesão nas unidades nacionais referente ao feriado de 20 de novembro (2011), como “Dia Nacional da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares”, três constatações básicas são verificadas: 1. Apenas 5 (cinco) unidades políticas fizeram adesão 100%, ou seja, o feriado ocorre em todos os municípios do Estado (Mato Grosso, Amazonas, Amapá, Alagoas e Rio de Janeiro); 2. Em Segipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, alguns municípios aderiram ao feriado, mas a unidade política não; 3. Os Estados que não aderiram e nenhum município também, são eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Constatação básica: no Brasil falta ainda uma conexão maior entre as unidades políticas de maior demografia afrobrasileira e de enriquecimento com a economia da escravidão e sua respeitabilidade na adesão ao feriado nacional do dia 20 de novembro. Neste sentido, neste ano de 2024, por meio da Lei 14.759/23, que torna feriado nacional esta data, todos os municípios e unidades políticas serão obrigados a respeitar a obrigatoriedade. Este é um fato

revelador explícito do racismo estrutural e institucional da nação que precisa de reparação junto às políticas públicas e privadas, ou seja, os Estados que se enriqueceram mais com a economia da escravidão e os que apresentam os maiores contingentes demográficos de populações afrobrasileiras devem ter ações políticas mais explícitas e duradouras. O “fundo” dessas configurações espaciais é a confirmação de que onde houve escravidão colonial industrial, se mantém uma elite escravocrata atuando na dinâmica territorial.

A organização do direto-administrativo no Governo Federal atual com ações que revelam a estratégia de “não resolver de forma eficaz” as demandas territoriais conflitantes e, sobretudo, as incompatibilidades conceituais (abordagens para “terra” e “território”, por exemplo), mesmo com as referências constitucionais e os sítios terem a sua história espacial e já estarem de fato sendo usados e ocupados. Nesta direção, a falta de uma “Política de Estado” consistente e duradoura, e não “Política de Governo”, pontual e cosmética, é um fator de temeridade para que não se instale no país um processo de extinção e descaracterização desses territórios étnicos, vistos erroneamente como “espaços de problemas”, mas que podem ser olhados com outra perspectiva, ou seja, “territórios das soluções” para muitas demandas sociais e econômicas da nação (Anjos, 2022, p. 579).

A **Figura 05** mostra os registros das candidaturas eleitas em 2020 nos municípios brasileiros na perspectiva do recorte étnico-racial, ou seja, os(as) prefeitos(as) pretos(as) e pardos(as). Esta racialização da eleição dos(as) prefeitos(as) do Brasil, revela um conjunto de dados sintonizados com a historiografia real, que indica a Bahia e Minas Gerais com as maiores estatísticas de prefeituras pretas e pardas. Entretanto, esta constatação não é percebida nas demais unidades da federação, como por exemplo, a representação inexpressiva no Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro, unidades políticas de grande demografia afrobrasileira e economia estruturada na escravidão.

Verificamos que alguns componentes da cartografia das eleições municipais mais recentes, assim como estatísticas do IBGE e informações espaciais do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), podem se constituir em indicadores eficazes para caminhos e direcionamentos de políticas públicas e privadas reparatórias nos municípios, nos Estados e para a nação. Alguns deles são os seguintes:

1. Onde estão as prefeituras negras, ou seja, as autodeclaradas pretas e pardas? O que estas gestões podem fazer em comum para minorar o racismo estrutural e institucional crescente no país?

2. Quais os municípios mais pretos do país segundo o IBGE? E os mais pardos? Se tomarmos como referência os 25 (vinte e cinco) maiores? O que estes prefeitos e/ou prefeitas podem direcionar com estas estatísticas para ações e políticas reparatórias?
3. Olhando o Mapa das adesões das unidades da federação no Sinapir existe uma desconexão com a realidade afrobrasileira. O que aconteceria se estes Estados fossem obrigados a reconhecer oficialmente a sua herança de matriz africana existente na sua geografia e história e fizessem um nível de Adesão Plena, como a Bahia?
4. E se este processo chegasse aos municípios das unidades para uma adesão mais significativa? Não podemos perder de vista que a “raiz” do preconceito estrutural e institucional está sedimentada no município. As alterações nesta “base” podem reverberar no Estado e na nação, ou seja, em um processo de baixo para cima!

Mesmo o Brasil sendo apontado como a segunda maior nação do planeta, com população de ascendência na África, é com relação a esse povo que estão as estatísticas mais discriminatórias ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras.

As principais referências do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano (SIEAFRO) estão caracterizadas no item a seguir.

2. Premissas básicas do sistema afrogeoespacial (SIEAFRO) e suas perspectivas na governança territorial do país

As geotecnologias ganham força nesta metade do século XXI e passam a prestar apoio científico à diversas áreas do conhecimento e, sobretudo no setor decisório das governanças nos distintos níveis institucionais, ou seja, no município, nas unidades políticas e na nação. Entendemos que a Geografia, a Cartografia, a Estatística e a Informática, constituem disciplinas que apresentam um arsenal teórico e conceitual relevantes para prestar apoio a essa área do conhecimento, que sinaliza este milênio como o da geoinformação. A premissa é que os países estejam organizados e preparados para uma governança eletrônica espacial do território e da sociedade, ou seja, aquelas que não constituírem suas Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs) serão governadas, com consequências na geopolítica, na soberania nacional e na organização territorial.

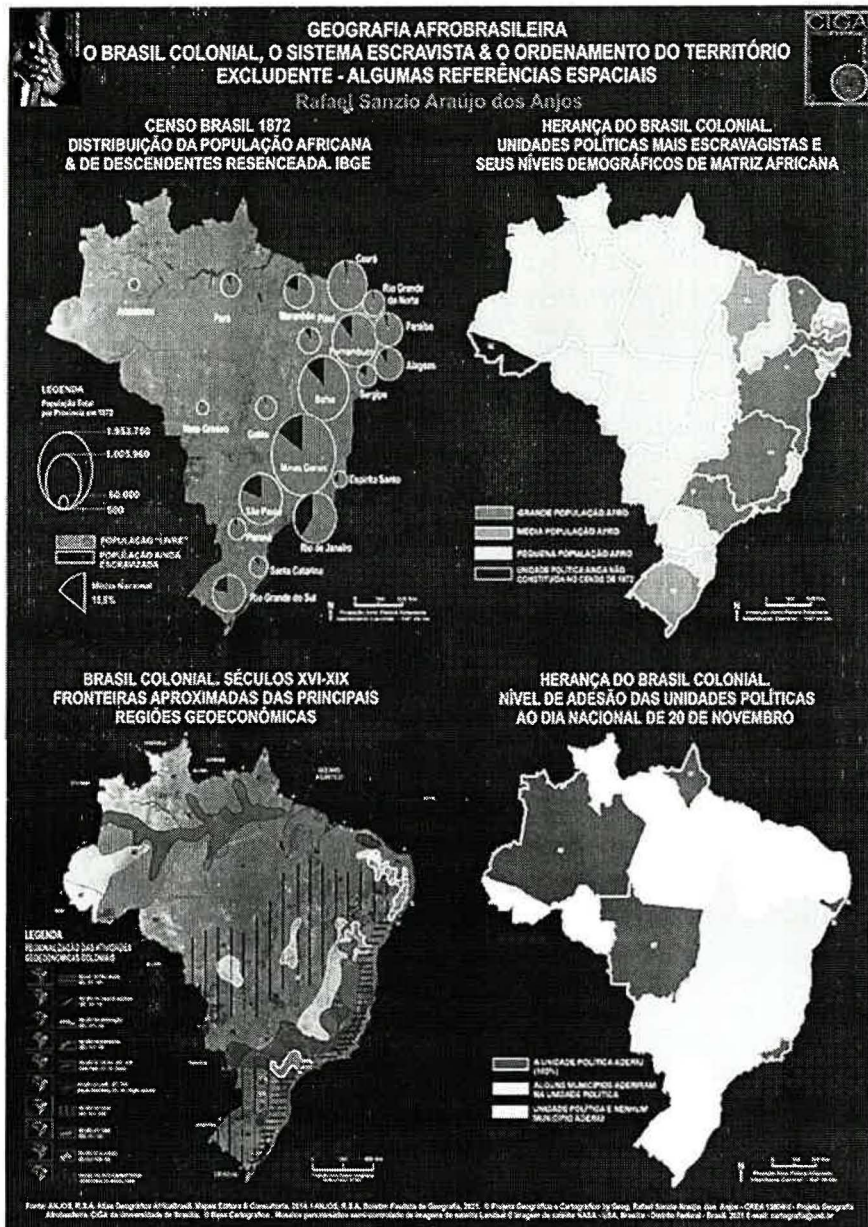


Figura 04. Fonte: ANJOS, R.S.A. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica - Territórios Tradicionais. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010 \ ANJOS, R.S.A. Boletim Paulista de Geografia, 2020.

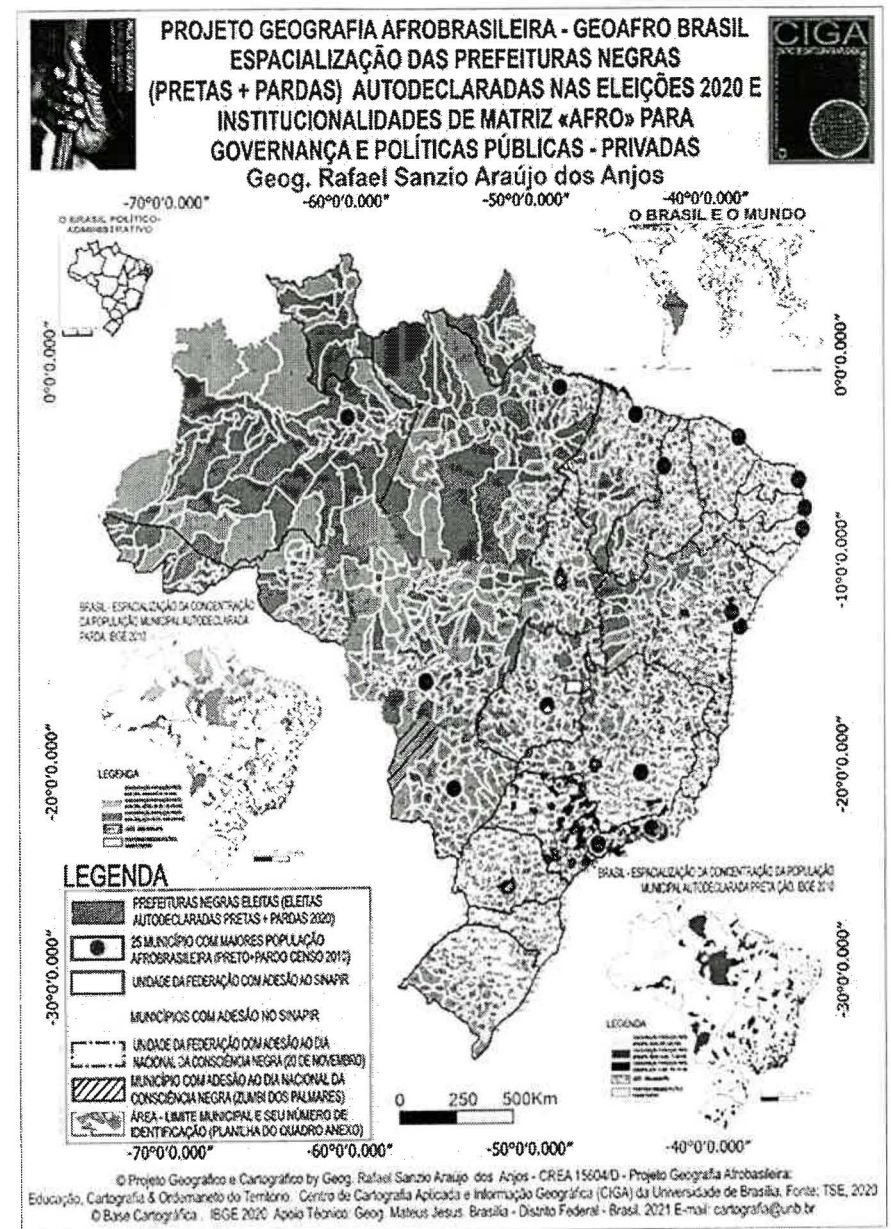


Figura 05. Fonte: ANJOS, R.S.A. A espacialidade do Brasil Africano, a governança secular escravocrata & as perspectivas de uma articulação antirracista para o território nacional. Revista Anpege, 2022.

Lembramos que neste momento histórico vivemos o Meio Técnico Científico Informacional (Santos, 2003), quando há uma hipervalorização da relação entre técnica e ciência, onde o fluxo de informações com alta velocidade e seus desdobramentos nas decisões territoriais tomam uma posição central no sistema dominante. No Brasil, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), instituída pelo Decreto 6.666 de 2008, visava o fortalecimento de políticas para aprimorar a Geografia de Estado no Brasil. Entretanto, ao completar 16 anos de existência verificamos duas dimensões básicas: 1. Gargalos institucionais-jurídicos, sobretudo para regulação dos fluxos de informações no país continental e 2. Ausência de bases de dados fundamentais do “Brasil Desigual-Excluído” para dar suporte ao processo de constituição de políticas públicas reparatórias.

Não podemos perder de vista que a geopolítica da formação territorial e do povo brasileiro nos últimos cinco séculos tem sido marcada por desigualdades na sua estrutura social e pelos lugares segregados no espaço geográfico. Dentre os seguimentos mais comprometidos neste processo espacial permeado por paradoxos, estão os povos africanos e seus descendentes, que no 1º. Censo Demográfico do Brasil realizado em 1872 (um dos mapas da **Figura 04**), computou 10 milhões de habitantes, dos quais 70% constituídos por povos de distintos grupos étnicos da África e aqui nascidos e 3,8% da população de europeus. Este dado é importante para a desmistificação do conceito de “minorias”, tratado de maneira larga pelo setor decisório, mascarando estatísticas reais e invisibilizando um contingente demográfico numericamente maior historicamente. Para ampliar o entendimento deste mito é pertinente lembrar que os quatro séculos do sistema escravista (XVI-XIX) foram sustentados por um preconceito sistêmico-institucional como uma política de Estado, que vai manter as populações e os territórios de matriz africana à margem do processo civilizatório e de desenvolvimento da nação.

Nesta direção, o seguimento informacional mais evidente de inexistência na nossa INDE é “Brasil Africano”, ou seja, dados dos territórios e das populações afrobrasileiras de suporte para o planejamento e a implementação de políticas públicas e privadas reparatórias. O SIEAFRO está inserido dentro das atividades prioritárias do Projeto GEOAFRO (<https://www.portalprojetogeoafro.com/projeto-geoafro/>), que tem como principal premissa investigar as matrizes africanas presentes e resistentes no território brasileiro usando a cartografia como principal instrumento de representação da Geografia Afrobrasileira e as atividades de pesquisa, ensino

e extensão como suporte das suas ações. As estatísticas contemporâneas, apontando que somos uma “África brasileira”, nos colocam uma questão fundamental que é a invisibilidade secular das referências territorializadas de matriz africana no nosso país. A precariedade de dados disponibilizados está em consonância com as precariedades das políticas públicas territoriais, fatos que confirmam este processo de inexistência oficial na nação.

Dessa forma, o principal objetivo do SIEAFRO é constituir e disponibilizar uma base de dados geográficos afrobrasileiros a partir das pesquisas realizadas e em realização no bojo do Projeto GEOAFRO, tendo como unidades espaciais de referências os municípios, as unidades políticas, as capitais, as Regiões Geográficas do IBGE e a nação. Dessa forma, o SIEAFRO se constitui em um portal geoespacial eletrônico fruto das pesquisas acadêmicas e informações de parcerias e articulações institucionais oficiais, tendo como foco principal servir de suporte para subsidiar programas de políticas públicas e privadas reparatórias no país. A **Figura 06** mostra a estrutura básica da Arquitetura do geosistema de matriz africana do Brasil, organizada em cinco (5) células espaciais básicas: 1º. Os Municípios – a nação tem 5.570 prefeituras municipais que ordenam seus territórios e esta é uma unidade fundamental no alcance social e inclusivo do sistema; 2º. As Unidades Políticas – o país tem 26 Estados Políticos e 1 Distrito Federal que estruturam geografias distintas, diversas e particulares que merecem atenção no processo de implementação de políticas públicas e privadas reparatórias; 3º. As 26 Capitais das unidades políticas da Federação, constituindo uma rede urbana particular nas manifestações e sobrevivências de matriz africanas e afroindígenas; 4º. Regiões do IBGE – as cinco regiões geográficas do IBGE estruturam os dados regionais da nação e podem ser agregados a outras informações pertinentes no momento histórico nacional e; 5º. O País – é relevante observar dados gerais de toda a nação, fato que permite comparações internacionais e o dimensionamento de temas específicos associados ao Brasil. Referente aos eixos temáticos geográficos do sistema, mesmo com a amplitude das possibilidades de abordagem, sistematizamos os Eixos Temáticos em cinco conjuntos, a saber:

Eixo 1 – Cartografia da Diáspora África-Brasil: Neste eixo é possível encontrar dados qualitativos, referentes a temas como: O Brasil e os Países da África com referências territoriais e sócio-culturais na diáspora – séculos XVI-XIX; Diáspora afrobrasileira Contemporânea: A Globalização da Capoeira; Brasil: Distribuição da população africana e afrobrasileira recenseada em 1872 e diversos outros referenciais;

Eixo 2 – Espacialidade Oficial da População de Matriz Africana: Já nesse segundo eixo é mostrado o desenvolvimento dos censos ao longo dos anos de 1872-2022. É possível notar que a declaração com relação a raça/cor tornou-se oficial no ano de 1991, sendo o primeiro ano com catalogação oficial de tais dados. Outros temas como educação, gênero, religião, faixa etária e condição trabalhista também são abordados nesse eixo;

Eixo 3 – O Espaço das Territorialidades Afrobrasileiras (Urbana-Rural): Aqui mostramos a espacialização e distribuição territorial dentro do Brasil das seguintes representatividades africanas: Terreiros Religiosos, Quilombos Contemporâneos, Patrimônios Materiais e Imateriais, Museus Afrobrasileiros, Igrejas de Matrizes Africanas, Portos Clandestinos do Sistema Escravista;

Eixo 4 – Matrizes Africanas e Afroindígenas nos Territórios das Capitais: Neste quarto Eixo tratamos das expressões geográficas de matrizes africanas e afroindígenas no conjunto das cidades capitais no país. Um foco é dado às representações e sobrevivências, ou seja, Terreiros Religiosos, Quilombos Contemporâneos, Patrimônios Materiais e Imateriais, Museus Afrobrasileiros, Igrejas de Matrizes Africanas, Portos Clandestinos do Sistema Escravista, dentre outros fatos territoriais;

Eixo 5 – Espacialidade da Estrutura Institucional Afrobrasileira: Neste tópico, são mostrados os projetos governamentais, feriados, candidatos a prefeitos eleitos com respeito a cultura africana presente no Brasil. Destacamos as Autodeclarações Raciais, Adesão ao Sistema Nacional de Promoção à Igualdade Racial – SINAPIR e o histórico dos Estados e municípios que aderiram ao feriado na data 20 de novembro – Dia Nacional do Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.

O SIEAFRO tem o apoio do CNPQ e já foi testado em turmas da Pós-Graduação na UFBA – Pós-AFRO (2023) e na UnB – Pós-GEA (2024) com relevantes indicações para o seu aperfeiçoamento. A **Figura 07** mostra as possibilidades de produtos e de atendimento às demandas dos usuários e usuárias do afrogeosistema, assim como os tipos de articulações e funcionamento do mesmo. A seguir algumas referências conclusivas e recomendativas para as instâncias e esferas governamentais da nação.

Figura 06. Arquitetura do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano



1. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Projeto GEOAFRO – SIEAFRO. Brasília, 2024.

Figura 07. Arquitetura do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano



1. Elaboração: Geog. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, Projeto GEOAFRO – SIEAFRO. Brasília, 2024.

3. Algumas conclusões e referências para uma governança inclusiva na nação brasileira

Tomando como premissa que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- O contexto de desinformação da população brasileira no que se refere à África continua sendo um entrave estrutural para uma perspectiva real de melhora na democracia incompleta existente no país. A luta por um Estado Democrático é uma batalha pelo respeito à diversidade étnico-racial. Neste sentido, não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos para a inserção da população de matriz africana na nossa sociedade, está a inferiorização desta no sistema escolar com danos imensuráveis para as sucessivas gerações, uma vez que estamos lidando com uma ordem jurídica que está institucionalizada há quase 200 anos. Neste sentido, se coloca uma questão geopolítica-histórica básica, ainda sem resposta satisfatória: Qual o lugar geográfico oficial do(a) afrobrasileiro(a) na nação? Apesar da geopolítica do apagamento, os registros da existência resistente estão no povo, na cultura, na arte e no território usado e praticado, tratados de forma “oficiosa”.
- Constatamos que o Brasil Africano real continua invisível oficialmente há 136 anos (1888-2024), ou seja, a rejeição secular do Estado com o fim do Sistema Escravista é o fio condutor básico da frequente articulação para a naturalização-normalização da democracia precária e da manutenção dos privilégios. Os níveis de resiliência ao longo dos últimos cinco séculos de convívio com as referências escravocratas na sociedade e, sobretudo, no território não são parcas. A constatação básica é a forma rígida como o Brasil se mantém com estas premissas conservadoras e com ações resilientes pontuais reveladas neste início de milênio, mas retrocedidas em intervenções da governança atual, ou seja, o Estado ressentido justifica a inexistência institucional mantendo a negação oficial secular e aprofundando o modelo das desigualdades. Perguntamos: Por que o Estado brasileiro não pediu ainda perdão pelos quatro (4) séculos de sistema escravista oficial? E a igreja, por que não o fez ainda?
- Continuamos assistindo uma ditadura da informação para os “Brasis Invisíveis” secularmente não serem vistos na sua plenitude. Este contexto de controle imperial de um seletivo grupo que acha que tem poderes ilimitados e é dono do país é uma das maiores expressões da nossa democracia incompleta. Tomamos como premissa que as informações

por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que, com o auxílio da ciência e da tecnologia, temos condições de colaborar com o conhecimento geográfico na modificação das ações e das políticas pontuais e superficiais recorrentes na nação. É nesta perspectiva que acreditamos na implementação pública do SIEAFRO, como um geosistema ancorado em parcerias institucionais e governamentais para implementação de forma mais exitosa de políticas reparatórias consequentes. Neste sentido, a geolocalização oficial como política pública, ou seja, a informação geográfica precisa e automatizada assegurada com segurança e responsabilização pelo setor decisório (respeito à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e ao Marco Civil da Internet), como uma ferramenta de visibilidade e revelação da nação invisibilizada pelo racismo sistêmico-institucional e todo o seu mecanismo de Estado mantenedor das desigualdades, é uma “porta concreta” para subsidiar a adoção de medidas consequentes na alteração das situações emergenciais das populações e dos territórios do “Brasil Africano”.

Referências

- ANJOS, R. S. A. *Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2010.
- ANJOS, R. S. A. *Atlas Geográfico ÁfricaBrasil*. Mapas Editora, Brasília, 104p. 2014
- ANJOS, R. S. A. O Brasil africano invisível-visível e geografia secular perversa. *Revista Humanidades*, nº. 63, , p. 75-99. Brasília, Editora UnB, 2019.
- ANJOS, R. S. A. A Geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 104, p. 23-60, Jul.-dez., São Paulo, 2020.
- ANJOS, R.S.A. A espacialidade do Brasil Africano, a governança secular escravocrata & as perspectivas de uma articulação antirracista para o território nacional. *Revista Anpege*, v. 18, p. 561-591, 2022.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

13. EXTRATIVISMO AGRÁRIO E RACISMO ESTRUTURAL NO CAMPO BRASILEIRO: EXPRESSÕES DO PLANTATIONOCENO

Sérgio Sauer

Um dia meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Porque não éramos também donos daquela terra, se havíamos nascido e trabalhado desde sempre. [...] Porque não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão.

Torto arado, Itamar Vieira Jr.

Introdução

Este texto foi motivado pelas reflexões do seminário internacional “Plantationoceno: capitalismo racial, trabalho e terra”, realizado na Universidade de Brasília (UnB) em dezembro de 2023. No mesmo ano, a publicação em português do livro de Cedric J. Robinson, “Marxismo negro: a criação da tradição radical negra”, reanimou debates e levantou questões sobre capitalismo racial e o uso interpretativo para além da América do Norte. Com base nos dados do último Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a intenção é refletir sobre a matriz racial do capitalismo, desde a sua raiz colonial, portanto, vinculando com noções como Plantationoceno e extrativismo.

Apesar de o Censo de 2017 ter constatado que a população negra é maioria no campo (mais da metade dos chefes de estabelecimentos se declarou preto ou pardo), essa possui pouca terra (Catucci e Souza, 2022) e não está em posição de controle e administração nas atividades agropecuárias (Belandi, 2019). Esses dados explicitam, além da desigualdade, a discriminação, desvelando o racismo histórico e estrutural no campo brasileiro.

A desigualdade que marca o Brasil contemporâneo tem raízes na lógica extrativa colonial (Acosta, 2011), com especial destaque para o sistema *plantation*, que influenciou profundamente o desenvolvimento econômico, aprofundou a dominação política, marcando historicamente a sociedade brasileira (Prado Jr., 1942; Gorender, 2005[1976]). Na toada de Nego